

Rumo Malha Paulista S/A - RMP

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Paulista S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Paulista S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os

resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.4. e 6.1 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece sua receita de transporte e prestação de serviços de acordo com os ciclos de transporte e da prestação de serviços, observando o período de competência. A receita é negociada desde a sua contratação, já havendo um cálculo prévio com base na distância e peso a ser transportado, e o preço negociado entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o total da receita líquida e o saldo bruto do contas a receber, nesta mesma data eram R\$2.026.964 mil e R\$629.408 mil, respectivamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação à demonstração do resultado e ao ativo financeiro da Companhia, bem como em relação à sua magnitude, além dos potenciais efeitos decorrentes de diferenças entre o período de competência e o período efetiva de prestação dos serviços.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos ao reconhecimento de receita de transporte e da prestação de serviços, observando os limites das tarifas reguladas; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita, incluindo as análises de corte no reconhecimento da receita (cut-off); (iii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que deram suporte ao reconhecimento de receita operacional da Companhia; ii) análise do corte da receita entre os exercícios sociais, considerando o período da prestação de serviço e o período de competência do reconhecimento dessa receita, através de procedimentos substantivos analíticos e expectativas de acordo com os prazos de transporte esperados; iii) comparação, por amostragem, dos preços negociados entre as partes, observando as tarifas aprovadas pelo poder concedente; iv) comparação da premissa de transporte médio estimado pela Companhia com o transporte médio real; v) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e vi) reconciliação do saldo de receita com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade reversão de uma parcela da receita de prestação de serviços, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.4 e 6.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita, na demonstração de resultado, e respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.4 e 6.1, são aceitáveis, no contexto

das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Renovação da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 4.2, a Companhia, celebrou junto à União, através da Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT a renovação do 2º Termo Aditivo ao Contrato da Concessão da Rumo Malha Paulista, com vencimento postergado para 2058, mediante a diversos compromissos financeiros: i) pagamento de outorga adicional de R\$3.382.030 mil; ii) retomada do pagamento de arrendamento e concessão do contrato original; iii) pagamento de saldo remanescente do encontro de contas relativo à ação de desequilíbrio econômico no valor de R\$1.347.609 mil; e, iv) execução de projetos de investimentos em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos estimados em R\$6.100.000 (a valores atualizados até dezembro de 2017). Adicionalmente, em 15 de setembro de 2020, a Companhia pagou, antecipadamente, R\$2.823.777 mil, referente à 70 parcelas da outorga dessa concessão junto à União.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos na renovação, o pagamento antecipado da outorga, em relação ao total do ativo e passivo da Companhia, bem como o impacto nas suas disponibilidades e nos futuros investimentos comprometidos, e ainda dos potenciais efeitos contábeis decorrentes da referida renovação, incluindo os efeitos no resultado do exercício decorrentes dos assuntos contingentes que estava em discussão entre as partes, conforme divulgações detalhadas na nota explicativa 4.2.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise do processo e controles implementados pela Administração sobre o processo de renovação dos contratos de concessão, bem como sobre a avaliação do atendimento às normas contábeis vigentes, para identificação e registro contábil dos efeitos da renovação sobre o ativo, passivo e resultado da Companhia, incluindo os controles sobre a revisão pelos órgãos de governança da Companhia das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; a análise das documentações referentes à renovação, incluindo o valor acordado entre as partes sobre as discussões contingentes que existiam e que impactaram o resultado da Companhia. Adicionalmente, verificamos as evidências dos pagamentos de forma antecipada das 70 parcelas de outorga da concessão.

Também avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na nota explicativa 4.2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações realizadas na renovação da concessão da Companhia, incluindo pagamento antecipado de outorga da concessão, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as transações e análises realizadas e adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Infraestrutura da concessão e arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado, intangível e direito de uso, determinados ativos diretamente relacionados às operações e às concessões da Companhia, incluindo arrendamentos operacionais e de capital, como vagões e locomotivas, via permanente, obras em andamento, direito de uso de concessão e infraestrutura ferroviária e portuária, que somam R\$7.318.386 mil, e que representam, substancialmente, a infraestrutura da concessão e arrendamentos.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão e nos arrendamentos é parte essencial para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura e arrendamento, bem como a definição da vida útil, são passíveis de julgamento por parte da Administração. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$4.216.684 mil de adições a esses ativos de infraestrutura e arrendamentos, que incluem a renovação da concessão da Companhia.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria, devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação dos gastos com infraestrutura e arrendamentos, e da magnitude dos montantes envolvidos sobre o total do ativo e dos compromissos da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura e arrendamentos, incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização; ii) avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada; iii) testes por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras e de inspeção física; iv) avaliação das classificações contábeis entre o ativo imobilizado, intangível e direito de uso (arrendamentos), observando os períodos das obras; v) as políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos, sobre as adições e amortização; e, viii) teste de amortização do intangível de direito de concessão.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização desses ativos de infraestrutura de concessão e arrendamentos preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 19 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

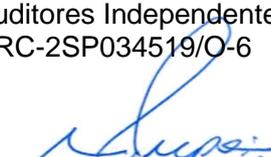
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

RUMO MALHA PAULISTA – RUMO MALHA PAULISTA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Paulista – Rumo Malha Paulista S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

(Valores em R\$ MM)	4T20	4T19	Var. %	12M20	12M19	Var. %
Receita Líquida	516,1	496,2	4,0%	2.027,0	2.037,4	-0,5%
Custos dos serviços prestados	(500,3)	(467,4)	7,0%	(1.794,3)	(1.828,0)	-1,8%
Lucro Bruto	15,8	28,8	-45,1%	232,7	209,4	11,1%
Margem Bruta (%)	3%	6%	-2,7 p.p.	11%	10%	1,2 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(27,6)	(11,3)	144,2%	(69,2)	(55,1)	25,6%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	44,5	8,4	429,8%	326,0	7,0	n.a.
Depreciação e Amortização	114,2	139,2	-18,0%	443,6	524,6	-15,4%
EBITDA	146,9	165,1	-11,0%	933,1	685,9	36,0%
Margem EBITDA (%)	28,5%	33,3%	-4,8 p.p.	46,0%	33,7%	12,4 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(64,3)	(48,2)	33,4%	(232,5)	(221,8)	4,8%
Imposto de renda e contribuição social	11,6	8,6	34,9%	(80,7)	25,8	-412,8%
Lucro (prejuízo) Líquido	(20,0)	(13,7)	46,0%	176,3	(34,7)	-608,1%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 516,1 milhões, um aumento de 4,0% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência de um maior volume transportado devido ao tráfego mútuo. O EBITDA foi de R\$ 146,9 milhões, redução de 11,0% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 20,0 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 13,7 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019. O que representou uma redução de 46,0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2.027,0 milhões, redução de 0,5% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, consideravelmente em linha. O EBITDA foi de R\$ 933,1 milhões, aumento de 36,0% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Companhia apresentou lucro de R\$ 176,3 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$ 34,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, esse aumento pode ser explicado principalmente pelas reversões de passivos na Malha Paulista relativos a ação de desequilíbrio econômico junto a ANTT (encontro de contas), devido a renovação antecipada da outorga ocorrida em maio de 2020.

Rumo Malha Paulista S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	514.764	65.130
Títulos e valores mobiliários	5.3	46.362	66.768
Contas a receber de clientes	5.4	628.194	200.063
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	3.986	-
Estoques	5.11	54.141	58.796
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		44.206	4.203
Outros tributos a recuperar	5.9	24.846	34.308
Adiantamento a fornecedores		19.955	6.219
Outros ativos		17.905	12.896
Ativo circulante		1.354.359	448.383
Contas a receber de clientes	5.4	1.214	1.214
Caixa restrito	5.3	636	1.558
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	1.076.249	1.112.017
Outros tributos a recuperar	5.9	552.100	480.179
Depósitos judiciais	5.15	82.828	193.106
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	24.983	2.163
Adiantamento a fornecedores		75.140	21.042
Outros ativos		2.317	3.587
Investimentos em associadas	5.12	44.673	44.665
Direito de uso	5.13.2	3.694.012	284.150
Imobilizado	5.13.1	3.809.687	3.387.866
Intangíveis		3.745	2.782
Ativo não circulante		9.367.584	5.534.329
Total do ativo		10.721.943	5.982.712

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.6	212.559	106.805
Passivo de arrendamento	5.7	94.159	8.460
Fornecedores	5.10	507.738	313.329
Ordenados e salários a pagar		23.385	26.948
Imposto de renda e contribuição social correntes		768	482
Outros tributos a pagar		9.609	7.886
Adiantamento de clientes	5.5	600.622	503.849
Arrendamentos e concessões em litígio	5.16	106.534	3.795
Receitas diferidas		37.116	37.132
Outros passivos financeiros	3.1.c	197.579	252.988
Outras contas a pagar		26.628	6.032
Passivo circulante		1.816.697	1.267.706
Empréstimos e financiamentos	5.6	971.412	115.865
Passivo de arrendamento	5.7	900.141	400.183
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	482
Provisão para demandas judiciais	5.15	107.163	101.159
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	1.174.407	1.886.226
Adiantamento de clientes	5.5	2.006.906	2.105.909
Receitas diferidas		314.590	353.825
Outras contas a pagar		23.966	16.629
Passivo não circulante		5.498.585	4.980.278
Total do passivo		7.315.282	6.247.984
Patrimônio líquido	5.17		
Capital social		5.443.595	1.747.362
Reserva de capital		77.089	77.089
Ajustes de avaliação patrimonial		-208	-277
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	200.689
Prejuízos acumulados		-2.113.815	-2.290.135
Total do patrimônio líquido		3.406.661	-265.272
Total do passivo e patrimônio líquido		10.721.943	5.982.712

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações dos resultados para o período findo em (Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	6.1	2.026.964	2.037.441
Custos dos serviços prestados	6.2	-1.794.347	-1.827.959
Lucro bruto		232.617	209.482
Despesas comerciais	6.2	-503	-214
Despesas gerais e administrativas	6.2	-68.717	-54.847
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	326.085	6.784
Despesas operacionais		256.865	-48.277
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		489.482	161.205
Despesas financeiras		-250.192	-229.178
Receitas financeiras		26.952	12.077
Variação cambial, líquida		-35.609	-3.056
Derivativos		26.350	-1.610
Resultado financeiro líquido	6.4	-232.499	-221.767
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		256.983	-60.562
Imposto de renda e contribuição social	5.14		
Corrente		-44.927	-2.169
Diferido		-35.736	28.005
		-80.663	25.836
Resultado do exercício		176.320	-34.726
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		0,00013	-0,00009
Por ação preferencial		0,00014	-0,00009

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	AFAC	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Opções outorgadas reconhecidas	Ágio na emissão de ações			
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.747.362	200.689	17.566	59.523	-277	-2.290.135	-265.272
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	176.320	176.320
Outros resultados abrangentes:							-
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	69	-	69
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	69	176.320	176.389
Contribuição e distribuições dos acionistas							-
Aumento de capital	3.696.233	-200.689	-	-	-	-	3.495.544
Total das transações com e para acionistas	3.696.233	-200.689	-	-	-	-	3.495.544
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.443.595	-	17.566	59.523	-208	-2.113.815	3.406.661

	Capital social	AFAC	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
			Opções outorgadas reconhecidas	Ágio na emissão de ações			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.747.362	200.689	17.566	59.523	-223	-2.179.570	-154.653
Adoção inicial a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	-	-	-	-75.839	-75.839
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.747.362	200.689	17.566	59.523	-223	-2.255.409	-230.492
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-34.726	-34.726
Outros resultados abrangentes:							
Perdas atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-54	-	-54

Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-54	-34.726	-34.780
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.747.362	200.689	17.566	59.523	-277	-2.290.135	-265.272

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	256.983	-60.562
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	443.551	524.595
Receita diferida	-39.250	-38.938
Passivo atuarial	93	-
Provisão para participações nos resultados e bônus	3.380	10.818
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	65	272
Provisão de demandas judiciais	12.630	16.171
Créditos fiscais extemporâneos	-23.728	-7.414
Ganhos estimados em créditos de liquidação duvidosa	13	34
Reversão de arrendamentos e concessões em litígio	-379.636	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	211.869	225.269
Outros	-2.112	-16.318
	483.858	653.927
Varição em:		
Contas a receber de clientes	-389.987	55.224
Adiantamentos de clientes	-2.228	92.955
Outros tributos, líquidos	-121.883	-53.790
Estoques	691	18.727
Ordenados e salários a pagar	-4.924	-10.715
Fornecedores	225.223	-88.459
Adiantamentos a fornecedores	-138.117	19.535
Demandas judiciais	-21.802	-39.615
Outros passivos financeiros	-68.185	36.934
Outros ativos e passivos, líquidos	-100.746	-47.402
	-621.958	-16.606
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de operacionais	-138.100	637.321
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	21.417	12.319
Caixa restrito	922	1.422
Adições ao imobilizado e intangível	-737.417	-491.994

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-715.078	-478.253
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	977.502	61.850
Integralização de capital	3.495.544	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-89.237	-117.053
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-8.190	-16.098
Amortização de principal de arrendamento mercantil	-2.944.398	-16.095
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-129.629	-5.124
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	1.562	152
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	-342	-1.745
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1.302.812	-94.113
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	449.634	64.955
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	65.130	175
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	514.764	65.130
Informação suplementar:		
Impostos pagos	84.136	4.645

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Paulista S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	2.273.420	2.274.618
Outras receitas operacionais, líquidas	388.604	3.916
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-13	-34
	2.662.011	2.278.500
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-1.164.916	-1.125.758
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-112.358	-41.275
	-1.277.274	-1.167.033
Valor adicionado bruto	1.384.737	1.111.467
Retenções		
Depreciação e amortização	-443.551	-524.595
	-443.551	-524.595
Valor adicionado líquido produzido	941.186	586.872
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.952	12.077
	26.952	12.077
Valor adicionado total a distribuir	968.138	598.949
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	153.091	143.123
Remuneração direta	122.201	113.151
Benefícios	25.930	25.615
FGTS	4.960	4.357
Impostos, taxas e contribuições	344.075	227.924
Federais	300.102	193.753
Estaduais	34.185	33.832
Municipais	9.788	339
Remuneração de capitais de terceiros	294.652	262.628
Juros	259.451	233.844

Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	35.201	28.784
Remuneração de capitais próprios	176.320	-34.726
Resultado do exercício	176.320	-34.726
	968.138	598.949

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Paulista S.A (“Companhia” ou “Rumo Malha Paulista”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 30 de dezembro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, Brasil.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário principalmente no estado de São Paulo.

1.2 Concessões de terminais portuários

A Companhia possui, ou detém participação através da controlada em conjunto, as seguintes concessões, cujas abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
<i>Controlada em conjunto</i> Portofer Transp. Ferrov. LTDA	Junho de 2025	Porto de Santos-SP

A Companhia, bem como sua controlada em conjunto – Portofer, está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

Os contratos serão extintos com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Investimento controlado em conjunto:

A Companhia detém o controle compartilhado da investida Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (“Portofer”). A Portofer é uma sociedade de propósito específico constituída em 28 de junho de 2000 pela Rumo Malha Norte (“Rumo Malha Norte”) e pela Companhia, sócias que possuem, cada uma, 50% de suas quotas. A Portofer controla 90 km de linhas férreas no Porto de Santos e tem como objetivo fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto, através de contrato assinado com a CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo por um período de 25 anos com vencimento em 2025, prorrogável de comum acordo entre as partes.

A controlada em conjunto acima está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários.

b) Controle do Grupo:

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final da Companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

1.4 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 462.338, patrimônio líquido de R\$ 3.406.661 e lucro do exercício de R\$ 176.320.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, que têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 15 de março de 2021.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.7 – Passivos de arrendamento:** Prazo do arrendamento se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.13.1 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 5.3 - Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em Mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **5.8 – Instrumentos financeiros derivativos**

Os valores contábeis e o valor justos dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
			31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	46.362	66.768	46.362	66.768
Instrumentos financeiros derivativos	28.969	2.163	28.969	2.163
Total	75.331	68.931	75.331	68.931
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	76.883	58.733	76.883	58.733
Total	76.883	58.733	76.883	58.733

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante, ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado - juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	(14.145)	(362)
Empréstimos e financiamentos	(76.883)	(58.733)
Derivativos de taxa de câmbio (<i>nocional</i>) ⁽ⁱ⁾	76.883	58.733
	(14.145)	(362)

(i) Estes saldos equivalem ao valor do *nocional* em Dólar e Euro convertidos para R\$ pela taxa de 31 de dezembro de 2020.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2020, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Fornecedores	Flutuação do câmbio	944	(2.357)	(5.657)	4.244	7.544
Empréstimos e financiamentos	Flutuação do câmbio	5.556	(12.010)	(29.455)	22.881	40.327
Derivativos de taxa de câmbio (nocial)	Flutuação do câmbio	(5.556)	12.010	29.455	(22.881)	(40.327)
Impactos no resultado do exercício		944	(2.357)	(5.657)	4.244	7.544

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2021. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2020	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,1967	4,8500	6,0625	7,2750	3,6375	2,4250
Euro	6,3779	5,9170	7,3963	8,8755	4,4378	2,9585

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2020				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	11.792	14.740	17.688	8.844	5.896
Títulos e valores mobiliários	1.035	1.294	1.553	776	517
Caixa restrito	15	18	22	11	7
Empréstimos e financiamentos	(73.167)	(86.175)	(99.184)	(60.159)	(47.151)
Derivativos de taxa de juros	(1.547)	(1.934)	(2.321)	(1.160)	(773)
Passivos de arrendamentos	(106.159)	(106.159)	(106.159)	(106.159)	(106.159)
Arrendamento e concessão parcelados	(25.755)	(32.222)	(38.690)	(19.403)	(12.935)
Outros passivos financeiros	(7.614)	(8.578)	(9.543)	(6.650)	(5.686)
Impactos no resultado do exercício	(201.400)	(219.016)	(236.634)	(183.900)	(166.284)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>-25%</u>	<u>-50%</u>
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	514.764	65.130
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	46.362	66.768
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	636	1.558
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	629.408	201.277
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	28.969	1.681
	<u>1.220.139</u>	<u>336.414</u>

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada pela Companhia, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>
AA	30.498
A+	180.980
AAA	349.696
Total	<u>561.174</u>

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	(216.478)	(142.112)	(383.080)	(469.029)	(1.210.699)	(244.631)
Fornecedores	(507.738)	-	-	-	(507.738)	(313.329)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾	(197.579)	-	-	-	(197.579)	(252.988)
Parcelamento de débitos - REFIS	-	-	-	-	-	(7.279)
Passivos de arrendamento	(100.415)	(101.204)	(282.122)	(7.639.695)	(8.123.436)	(666.979)
Arrendamento e concessão parcelados	(51.167)	(365.087)	(369.881)	(433.053)	(1.219.188)	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.985	3.346	14.657	6.980	28.968	1.680
	(1.069.392)	(605.057)	(1.020.426)	(8.534.797)	(11.229.672)	(1.483.526)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 197.579 (R\$ 252.988 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 3,00% a.a (6,33% em 31 de dezembro de 2019). O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, gira em torno de 90 dias.

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de COVID 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.

- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 85% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a Companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. O movimento para reforçar o caixa teve início em março de 2020, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 977.502. A Companhia também aderiu à suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamento (*standstill*) junto ao BNDES. Os *covenants* financeiros são medidos anualmente na data-base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*. Como até o momento a pandemia não vem interrompendo as operações da Companhia, a previsão atual de impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") é limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não teriam alterações significativas para a avaliação do indicativo de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação para os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, nosso custo médio ponderado do capital não deverá sofrer alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de "A". Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

4.2 Renovação da concessão

Em 27 de maio de 2020, a Companhia celebrou com a união por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, manifestação proferida no âmbito do TC 009.032/2016-9. Como resultado, o prazo da concessão foi estendido até 2058, mediante uma série de compromissos financeiros, além das obrigações operacionais estipuladas no aditivo de renovação:

- Pagamento de uma outorga adicional no valor de R\$ 3.382.030, valor este dividido em parcelas trimestrais ao longo da vigência contratual;
- Retomada do pagamento do arrendamento e concessão do contrato original, pagamentos trimestrais que se estendem até dezembro de 2028 (Nota 5.16);
- Pagamento do saldo remanescente do encontro de contas relativo à ação de desequilíbrio econômico, no valor de R\$ 1.347.609 (Nota 5.16), em oito parcelas anuais;
- Execução de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017).

A extensão da concessão da Companhia se enquadra como uma alteração relevante em um contrato registrado de acordo com as disposições do CPC 06 (R2) e IFRS 16. Nesse contexto, o valor presente da outorga adicional, bem como, a variação do arrendamento preexistente devido ao recálculo pela taxa de juros implícita do aditivo (WACC regulatório), foram registrados no passivo de arrendamento (Nota 5.7) em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota 5.13.2) correspondente. Além disso, futuros investimentos relacionados ao contrato de concessão serão registrados no ativo imobilizado conforme incorridos.

4.3 Antecipação dos pagamentos da concessão

Considerando o custo financeiro dos contratos (IPCA + 11,04% a.a. de juros implícitos) em 15 de setembro de 2020, a Companhia efetuou o pagamento antecipado de 70 parcelas vincendas no montante de R\$ 2.823.777, conforme requerido na Carta nº 969/GREG/2020 e Carta nº 968/GREG/2020 à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

4.4 Aumento de capital

Em 16 de abril de 2020, a Companhia aumentou o seu capital social por meio de integralização de AFAC no montante de R\$ 200.689 referente a emissão de 51.262.621 novas ações. Em 21 de maio de 2020, a Companhia integralizou em seu capital social o montante de R\$ 595.544 referente a emissão de 238.435.919 novas ações, e em 11 de setembro de 2020, o montante de R\$ 2.900.000 referente a emissão de 3.341.264.912 novas ações, com os respectivos aumentos, a Companhia passou a ter um capital social de R\$ 5.443.595 divididos em 3.721.790.076 ações, conforme Nota 5.17.

4.5 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.6 Créditos fiscais extemporâneos

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da empresa. Ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS. Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF.

A Companhia reconheceu o montante de R\$ 24.120, dos quais R\$ 23.728 estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3 e R\$ 392 a título de “Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos” divulgados na nota explicativa 6.4.

Em 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 23.728 relativo a períodos anteriores, os quais estão reconhecidos na rubrica “Créditos fiscais extemporâneos” divulgados na nota explicativa 6.3. Os valores foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

4.7 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) **Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	66.651	59.005
Rumo Malha Norte S.A.	251.219	21.940
Rumo Malha Sul S.A.	942	2.885
Raízen Combustíveis S.A.	2.933	620
Rumo S.A.	213.386	34.175
Rumo Malha Central S.A.	3.641	2.318
Outros	2.007	2.156
	540.779	123.099
Adiantamento a fornecedores		
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	14.286	-
	14.286	-
Ativo circulante	555.065	123.099
Adiantamento a fornecedores		
Raízen Combustíveis S.A.	26.568	21.389
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	48.572	-
	75.140	21.389
Ativo não circulante	75.140	21.389
Total do ativo	630.205	144.488
	31/12/2020	31/12/2019
Passivos		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	596	-
Rumo Malha Norte S.A.	217.734	101.540
Rumo Malha Sul S.A.	18.087	14.998
Rumo S.A.	2.061	1.457
Brado Logística S.A.	705	240
Raízen Combustíveis S.A.	72.785	50.364
Outros	2.422	1.697
	314.390	170.296
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	600.000	500.000
	600.000	500.000
Passivo circulante	914.390	670.296
Adiantamento de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	2.006.906	2.105.909
	2.006.906	2.105.909
Passivo não circulante	2.006.906	2.105.909
Total do passivo	2.921.296	2.776.205

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Raízen Combustíveis S.A.	72.065	70.093
Rumo S.A.	216.949	96.179
Rumo Malha Norte S.A.	1.349.099	1.508.959
Rumo Malha Sul S.A.	19.370	30.020
Brado Logística S.A.	13.860	16.453
Outros	7.463	11.708
	1.678.806	1.733.412
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(217.638)	(205.151)
Raízen Combustíveis S.A. ^(iv)	(652.880)	(749.514)
Rumo Malha Oeste S.A.	(5.293)	(7.580)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(18.426)	(20.292)
Rumo Malha Sul S.A.	(25.533)	(31.913)
Brado Logística S.A.	(4.831)	(2.296)
Rumo S.A. ^(v)	(314.252)	(227.982)
	(1.238.853)	(1.244.728)
Receitas (despesas) compartilhadas ^(vi)		
Rumo Malha Norte S.A.	(27.549)	2.983
Rumo Malha Oeste S.A.	(506)	(715)
Rumo Malha Sul S.A.	(5.419)	(35.452)
Raízen Energia S.A.	(683)	(3.650)
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	(9.352)	(8.866)
Rumo S.A.	(10.530)	(5.764)
Outros	(176)	(26)
	(54.215)	(51.490)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Oeste S.A.	-	867
	-	867

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se refere principalmente a transporte cujas em condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.
- (iii) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Cosan Lubrificantes, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (iv) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, a condições determinadas em processo de contratação aberto aos concorrentes.
- (v) Despesa com “Fee” referente a utilização de vagões. O contrato envolveu investimentos feitos pela Controladora Rumo S.A. em ativos ferroviários da Companhia, contratado em condições de mercado.

- (vi) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da administração são realizadas a nível do grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	33.832	29.607

4.8 Eventos subsequentes

4.8.1 Incorporação da Cosan Logística S.A.

Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração da Cosan S.A (B3: CSAN3) deliberou a incorporação da Cosan Logística S.A. (B3: RLOG3) e Cosan CZZ (NYSE: CZZ) pela Cosan S.A. O programa aprovado, tem por objetivo concluir a reorganização societária que foi aprovada anteriormente pelas Assembleias Gerais das respectivas companhias. Dessa maneira, a Rumo S.A. e suas Controladas, passam a ser controladas diretamente e indiretamente pela Cosan S.A. na data mencionada anteriormente.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	46.362	66.768
Instrumentos financeiros derivativos	28.969	2.163
	75.331	68.931
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	514.764	65.130
Contas a receber de clientes	629.408	201.277
Caixa restrito	636	1.558
	1.144.808	267.965
Total	1.220.139	336.896
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.107.088	163.937
Passivos de arrendamento	994.300	408.643
Fornecedores	507.738	313.329
Outros passivos financeiros	197.579	252.988
Parcelamento de débitos tributários	-	6.876
	2.806.705	1.145.773
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	-	482
Empréstimos e financiamentos	76.883	58.733
	76.883	59.215
Total	2.883.588	1.204.988

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	278	210
Aplicações financeiras	514.486	64.920
	514.764	65.130

As aplicações financeiras são compostas por:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	514.486	64.920
	<u>514.486</u>	<u>64.920</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	42.393	48.308
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	3.720	1.562
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	249	16.898
	<u>46.362</u>	<u>66.768</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores depositados em garantia	636	1.558
	<u>636</u>	<u>1.558</u>

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cientes terceiros	88.897	78.432
Cientes partes relacionadas (Nota 4.7)	540.779	123.099
	629.676	201.531
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(268)	(254)
	629.408	201.277
Circulante	628.194	200.063
Não circulante	1.214	1.214
	629.408	201.277

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	67.904	60.827
Vencidas		
Até 30 dias	20.564	14.251
De 31 a 60 dias	-	2.941
De 61 a 90 dias	-	129
Mais de 90 dias	429	284
	88.897	78.432

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	(698)
Provisões	(774)
Reversões e baixas	1.218
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(254)
Provisões	(733)
Reversões e baixas	719
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(268)

5.5 Adiantamento de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Clientes	628	3.849
Clientes partes relacionadas (Nota 4.7) ⁽ⁱ⁾	2.606.906	2.605.909
	2.607.528	2.609.758
Circulante	600.622	503.849
Não circulante	2.006.906	2.105.909
	2.607.528	2.609.758

- (i) Os adiantamentos a clientes são referentes à partilha de fretes, com o cronograma de liquidação prevista em contrato.

5.6 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2020	31/12/2019	Vencimento final	Objetivo
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Finem (BNDES)	URTJLP	6,97%	1.107.088	163.937	dez/2029	Aquisição
ECA ⁽ⁱⁱ⁾	Euribor + 0,58%	0,58%	76.883	58.733	set/2026	Aquisição
			1.183.971	222.670		
Circulante			212.559	106.805		
Não circulante			971.412	115.865		
			1.183.971	222.670		

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

(ii) Dívida com *swap* para 108% do CDI que representa uma taxa média de 5,01% a.a.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	138.231	62.834
25 a 36 meses	123.821	19.085
37 a 48 meses	123.821	8.225
49 a 60 meses	123.821	8.225
61 a 72 meses	127.021	8.225
73 a 84 meses	111.565	9.271
85 a 96 meses	111.566	-
A partir de 97 meses	111.566	-
	971.412	115.865

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	31/12/2020	31/12/2019
Reais (R\$)	1.107.088	163.937
EUR ⁽ⁱ⁾	76.883	58.733
Total	1.183.971	222.670

(i) Em 31 de dezembro de 2020, todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 3.1.a) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	433.380
Captações	61.850
Amortização de principal	(117.053)
Pagamento de juros	(16.098)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	(139.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	222.670
Captações	977.502
Amortização de principal	(89.237)
Pagamento de juros	(8.190)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	81.226
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.183.971

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 1,36% ao ano ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de garantias bancárias contratadas era de R\$ 1.127.057 (R\$ 82.617 em 31 de dezembro de 2019).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 2,78% (5,94% em 31 de dezembro de 2019) e TJLP de 4,87% (5,57% em 31 de dezembro de 2019).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 84.287 (R\$ 2.074 em 31 de dezembro de 2019).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“*Financial covenants*”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, os quais são medidos a nível do grupo. As principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,3x$ em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2020	4,78

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	10.745	380.283	35.209	426.237
Apropriação de juros	1.966	46.622	3.643	52.231
Amortização de principal (ii)	(11.263)	-	(4.832)	(16.095)
Pagamento de juros	(1.448)	-	(3.676)	(5.124)
Reajuste contratual	-	19.729	355	20.084
Transferências entre passivos (iii)	-	(68.690)	-	(68.690)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-	377.944	30.699	408.643
Apropriação de juros	-	158.271	5.736	164.007
Adições (i)	-	3.434.853	-	3.434.853
Amortização de principal (ii)	-	(2.936.408)	(7.990)	(2.944.398)
Pagamento de juros	-	(126.165)	(3.464)	(129.629)
Reajuste contratual	-	77.228	1.450	78.678
Transferências entre passivos (iii)	-	(17.854)	-	(17.854)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	967.869	26.431	994.300
Circulante	-	85.079	9.080	94.159
Não circulante	-	882.790	17.351	900.141
	-	967.869	26.431	994.300

- (i) As adições em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 3.382.030 relativos ao registro do valor da outorga e atualização do arrendamento, pela renovação do contrato de concessão da Companhia (Nota 4.3).
- (ii) As amortizações de principal em “Operacionais – concessões” contempla R\$ 2.823.777 relativo à antecipação dos pagamentos da concessão da Companhia (Nota 4.3).
- (iii) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2058. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	31/12/2020
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	3.391
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	31
	3.422

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% a 14,2% de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2020		% Variação
	Registrado	Ofício	
Passivos de arrendamento	(2.120.613)	(2.273.916)	7%
Despesa financeira	(462.664)	(480.669)	4%
Despesa de depreciação	(245.946)	(261.076)	6%

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito tributário incluído no passivo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.375.

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como:

- i. *Hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de hedge devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Para proteger a exposição ao risco de câmbio Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, e os dados consolidados são apresentados abaixo:

	<i>Nocial</i>		<i>Valor justo</i>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	73.745	65.645	28.969	1.681
	73.745	65.645	28.969	1.681
Ativo			28.969	2.163
Passivo			-	(482)
			28.969	1.681

A Companhia contratou operações de *Swap* de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o hedge do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de hedge quanto os itens protegidos por hedge são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio	Notional	Valor Contábil		Ajuste do valor justo	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Objetivos					
ECA	(73.745)	(85.466)	(58.532)	(26.850)	(197)
Total	(73.745)	(85.466)	(58.532)	(26.850)	(197)
Instrumento					
Swap de câmbio e juros	73.745	29.094	1.887	26.617	686
Total	73.745	29.094	1.887	26.617	686
Total Líquido	-	(56.372)	(56.645)	(233)	489

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	36.067	26.737
PIS	7.834	5.083
ICMS (i)	483.958	424.928
ICMS CIAP (ii)	44.394	54.556
Outros	4.693	3.183
	576.946	514.487
Circulante	24.846	34.308
Não circulante	552.100	480.179
	576.946	514.487

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	374.726	261.401
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	132.996	51.828
Outros	16	100
Total	507.738	313.329
Fornecedores	193.348	143.033
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.7)	314.390	170.296
	507.738	313.329

5.11 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	31/12/2020	31/12/2019
Peças e acessórios	44.258	55.723
Combustíveis e lubrificantes	1.532	1.826
Almoxarifado e outros	8.351	1.247
	54.141	58.796

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 3.547 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2019).

5.12 Investimentos em associadas

Política contábil:

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do período de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia.

Abaixo o investimento em associada que é material para a Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>Número de ações da investida</u>	<u>Ações da investidora</u>	<u>Percentual de participação</u>
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	100.503.066	50.251.533	50,00%

	<u>Saldo em 01 de janeiro de 2020</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2020</u>
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	44.673	-	44.673
Total	44.673	-	44.673

	<u>Saldo em 01 de janeiro de 2019</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo em 31 de dezembro de 2019</u>
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	44.672	(7)	44.665
Total	44.672	(7)	44.665

Informações financeiras de associadas:

	<u>31/12/2020</u>			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucros do exercício</u>
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	198.214	108.868	89.346	-

	<u>31/12/2019</u>			
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucros do exercício</u>
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	187.289	97.958	89.331	-

5.13 Ativos imobilizados e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração a premissa relacionada unidade geradora de caixa, tais como: geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, exceto os impactos do COVID mencionados na Nota 4.1, não foram identificados outros indicadores de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados novos indicadores para testes adicionais de recuperabilidade de ativos não financeiros. Avaliamos os efeitos da pandemia de COVID-19 e, apesar de alguns impactos no exercício de 2020, a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.13.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (ii)	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	47.040	138.818	1.480.667	3.373.700	295.508	21.382	5.357.115
Adições	-	-	-	-	507.196	-	507.196
Baixas	-	(847)	(51.222)	-	-	-	(52.069)
Transferências	(3.838)	68.776	133.238	287.397	(401.716)	(3.103)	80.754
Saldo em 01 de janeiro de 2020	43.202	206.747	1.562.683	3.661.097	400.988	18.279	5.892.996
Adições	-	4	203	103	809.818	-	810.128
Baixas	-	-	(52.546)	-	(80)	-	(52.626)
Transferências	7.617	30.989	37.867	362.462	(441.483)	2.127	(421)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.819	237.740	1.548.207	4.023.662	769.243	20.406	6.650.077
		16.097					
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(17.856)	(54.726)	(911.927)	(1.000.787)	-	(15.862)	(2.001.158)
Adições	(1.487)	(15.625)	(170.070)	(311.303)	-	(460)	(498.945)
Baixas	1.192	760	50.824	6	-	-	52.782
Transferências	-	96	(58.780)	534	-	341	(57.809)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(18.151)	(69.495)	(1.089.953)	(1.311.550)	-	(15.981)	(2.505.130)
Adições	(1.368)	(18.602)	(118.773)	(244.911)	-	(747)	(384.401)
Baixas	-	-	49.187	-	-	-	49.187
Transferências	-	-	(46)	-	-	-	(46)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(19.519)	(88.097)	(1.159.585)	(1.556.461)	-	(16.728)	(2.840.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.051	137.252	472.730	2.349.547	400.988	2.298	3.387.866
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.300	149.643	388.622	2.467.201	769.243	3.678	3.809.687

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro;

(ii) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, vagões e locomotivas no montante de R\$ 191.965, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.6);

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve custo de empréstimos capitalizados (R\$ 677 em 31 de dezembro 2019).

5.13.2 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Como mencionado na Nota 4.2, a Companhia celebrou com a União por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 2º Termo aditivo ao Contrato de Concessão. A alteração foi revisada e autorizada pelo TCU – Tribunal de Contas da União conforme despacho de 20 de maio de 2020, que garante o direito de exploração da malha ferroviária pelo prazo de mais 30 anos, contados a partir de 2028. Essa transação é a principal adição do exercício, como podemos verificar nos quadros de movimentação:

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas	Infraestrutura ferroviária e portuária	Total
Valor de custo:				
Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.241	117.712	261.410	380.363
Reajuste contratual	1	321	19.729	20.051
Transferências	-	(83.744)	507	(83.237)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.242	34.289	281.646	317.177
Adições	-	-	3.406.560	3.406.560
Reajuste contratual	2	1.448	77.237	78.687
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.244	35.737	3.765.443	3.802.424
Amortização:				
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-	(58.780)	-	(58.780)
Adições	(275)	(6.012)	(26.740)	(33.027)
Transferências	-	58.780	-	58.780
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(275)	(6.012)	(26.740)	(33.027)
Adições	(277)	(6.389)	(68.719)	(75.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(552)	(12.401)	(95.459)	(108.412)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	967	28.277	254.906	284.150
Saldo em 31 de dezembro de 2020	692	23.336	3.669.984	3.694.012

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. **Exposição fiscal**

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

lucros tributáveis anuais.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	256.983	(60.562)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(87.374)	20.591
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(214)	(407)
Efeito de amortização do ágio	5.552	5.552
Outros	1.373	100
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(80.663)	25.836
Taxa efetiva - %	-31,39%	-42,66%

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	701.408	715.466
Base negativa de contribuição social	253.863	259.070
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	47.860	46.097
Provisão para perda ao valor recuperável	736	1.386
Provisão para perdas estimadas em créditos de	91	86
Provisão para participação nos resultados	1.032	3.452
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	183.476	202.310
Ajuste valor justo sobre a dívida	99	-
Diferenças temporárias sobre outras provisões	9.461	8.246
Variação Cambial - Empréstimos e	8.348	-
Outros	2.947	5.740
Tributos diferidos - Ativos	<u>1.209.321</u>	<u>1.241.853</u>
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Arrendamento mercantil	(123.229)	(128.703)
Resultado não realizado com derivativos	(9.843)	(1.133)
Tributos diferidos - Passivos	<u>(133.072)</u>	<u>(129.836)</u>
Total de tributos diferidos ativos	<u>1.076.249</u>	<u>1.112.017</u>

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Diferido ativo</u>
2021	23.918
2022	16.386
2023	18.963
2024	16.390
2025 a 2027	61.025
2028 a 2030	229.305
2031 a 2034	710.262
Total	<u>1.076.249</u>

d) Movimentações no imposto diferido

Saldo em 01 de janeiro de 2019	1.044.920
Resultado	28.005
Adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	39.068
Passivo atuarial	24
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.112.017
Resultado	(35.736)
Passivo atuarial	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.076.249

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Outros	Imobilizado	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	975.480	4.267	65.737	6.642	169.051	1.221.177
(Cobrado) / creditado						-
do resultado do exercício	(944)	(839)	(9.921)	(836)	33.259	20.719
dos outros resultados abrangentes		24				24
Saldo em 31 de dezembro de 2019	974.536	3.452	55.816	5.806	202.310	1.241.920
(Cobrado) / creditado						
do resultado do exercício	(19.265)	(2.420)	2.332	(2.860)	(18.834)	(41.047)
Diferenças cambiais	-	-	-	8.349	-	8.349
Saldo em 31 de dezembro de 2020	955.271	1.032	58.148	11.295	183.476	1.209.222

ii. Impostos diferidos passivos

	Resultado não realizado com derivativos	Passivos de arrendamentos	Ajuste a valor justo da dívida	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(561)	(175.696)	-	(176.257)
(Cobrado) / creditado				
do resultado do exercício	(572)	46.993	(67)	46.354
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.133)	(128.703)	(67)	(129.903)
Ajuste na adoção da IFRS 16 (nota 2.4)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.133)	(128.703)	(67)	(129.903)
(Cobrado) / creditado				
do resultado do exercício	(8.710)	5.474	166	(3.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.843)	(123.229)	99	(132.973)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	240	235
Cíveis, regulatórias e ambientais	42.161	38.418
Trabalhistas	64.762	62.506
	107.163	101.159

	Depósitos judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	990	664
Cíveis, regulatórias e ambientais ⁽ⁱ⁾	10.252	127.960
Trabalhistas	71.586	64.482
	82.828	193.106

- (i) Redução decorre dos depósitos revertidos em favor da União no acordo firmado em torno da ação de reequilíbrio econômico-financeiro por ocasião da renovação do contrato de concessão (nota 4.3).

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	116	47.125	71.991	119.232
Provisionados no exercício	80	3.085	9.466	12.631
Baixas por reversão ou pagamento	(3)	(19.281)	(24.721)	(44.005)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	42	7.489	5.770	13.301
Saldo em 31 de dezembro de 2019	235	38.418	62.506	101.159
Provisionados no exercício	52	4.345	11.817	16.214
Baixas por reversão ou pagamento	(45)	(13.587)	(17.501)	(31.133)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	-2	12.985	7.940	20.923
Saldo em 31 de dezembro de 2020	240	42.161	64.762	107.163

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	482.763	384.429
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.574.130	1.209.209
Trabalhistas	264.836	246.625
	2.321.729	1.840.263

- **Tributárias:**

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS ⁽ⁱ⁾	193.392	190.368
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	63.730	48.368
IRRF ⁽ⁱⁱⁱ⁾	78.577	77.394
ICMS TAD ⁽ⁱⁱⁱ⁾	261	-
PIS / COFINS ^(iv)	106.568	49.276
Outros	40.235	19.023
	482.763	384.429

- (i) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, contra a Companhia, relativo ao período de fevereiro de 2011 a julho de 2015, bem com de 2014 e 2018, com o apontamento de infrações por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário para exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido.

Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.

- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- (iii) A Companhia teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (iv) A Receita Federal autuou a Companhia pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a Rumo Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis ⁽ⁱ⁾	1.329.949	960.280
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	60.884	103.674
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	183.296	145.255
	1.574.129	1.209.209

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

- **Trabalhistas:**

	31/12/2020	31/12/2019
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	264.836	246.625
	264.836	246.625

- (i) Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a Companhia. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, na visão da Companhia foi incluída indevidamente no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Companhia, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, em como, em dano moral coletivo de R\$15 milhões. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho.

5.16 Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

A Companhia é parte em contratos de sub-concessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

São mantidos nessa conta, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamento e concessão em litígio	101.871	1.870.018
	101.871	1.870.018
Arrendamentos parcelados	1.154.919	-
	1.154.919	-
Concessões	24.151	20.003
	24.151	20.003
Total	1.280.941	1.890.021
Circulante	106.534	3.795
Não circulante	1.174.407	1.886.226
	1.280.941	1.890.021

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

31/12/2020	31/12/2019
-	119.806
-	119.806

Os depósitos judiciais da Companhia vinculados ao saldo em litígio sobre reequilíbrio do contrato de arrendamento e concessão foram convertidos em favor da União no encontro de contas decorrente do acordo firmado entre as partes no processo de renovação do contrato.

Arrendamentos parcelados:

Como condição para celebrar o aditivo de renovação da Malha Paulista, constava a necessidade de a Companhia solucionar o litígio envolvendo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato original. Para tal foi celebrado um acordo entre Rumo Malha Paulista, União e ANTT, no qual restou acordado: i) um crédito a favor da Companhia relativo a penhoras trabalhistas pagas até 2005; ii) a conversão dos depósitos judiciais existentes em favor da União; iii) um saldo incontroverso em favor da União, parcelado em oito parcelas anuais corrigidas pela Selic (saldo transferido da conta de “Arrendamento e concessão em litígio” para “Arrendamentos parcelados”); iv) uma parcela de passivo a ser compensada com potenciais créditos em favor da Companhia, créditos estes, sujeitos à de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes (saldo mantido na conta de “Arrendamento e concessão em litígio”).

Os efeitos do encontro de contas foram atualizados até a data de registro e resultaram na reversão de R\$ 479.562 (R\$ 348.319 em outras receitas (despesas) operacionais nota 6.3 e R\$ 131.243 em resultados financeiros nota 6.4).

Em razão do acordo celebrado foram requeridas as suspensões dos trâmites de ações judiciais de regresso ajuizadas pela Rumo em face da União para apuração dos créditos trabalhistas que não fizeram parte do acordo (a partir de 2005) e que serão objeto de apuração a ser realizada por grupo de trabalho envolvendo as partes. Em paralelo, as partes apresentaram pedido de homologação judicial do acordo nos autos da ação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

b) Arrendamentos e outorgas enquadradas no IFRS16 (Nota 5.7)

	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos	408.902	377.944
Outorgas ⁽ⁱ⁾	479.502	-
Total	888.404	377.944
Circulante	72.807	-
Não circulante	815.597	377.944
	888.404	377.944

- (i) Em 15 de setembro de 2020 a Companhia pagou antecipadamente parte dos passivos de concessão conforme mencionado na Nota 4.3.

c) Compromissos de investimento

Contratos de sub-concessão, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato.

O aditivo de renovação da concessão que prevê a execução de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$ 6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 6%.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.443.595 (R\$ 1.747.362 em 31 de dezembro de 2019), constituído por 3.721.790.076 ações (90.826.624 ações em 31 de dezembro de 2019). As ações preferenciais não terão direito de voto e gozam de prioridade no reembolso de capital sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. As movimentações de capital ocorridas no período estão descritas na nota 4.4.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Ações ordinárias		Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas								
Rumo S.A.	1.306.294.929	100%	2.415.495.147	100%	31.878.842	100%	58.947.782	100%
Total de ações	1.306.294.929	100%	2.415.495.147	100%	31.878.842	100%	58.947.782	100%

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não destinou reserva legal.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC registrado no patrimônio líquido da Companhia refere-se a um acordo de conversão de uma quantidade fixa de ações a um preço fixo previamente estabelecido. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui um saldo de AFAC (R\$ 200.689 em 31 de dezembro de 2019), conforme 4.4.

6 Informações detalhadas sobre a demonstrações de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta na venda de serviços	2.273.420	2.274.618
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(246.456)	(237.177)
Receita operacional líquida	<u>2.026.964</u>	<u>2.037.441</u>

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2020	31/12/2019
Transporte de carga e acessórios	1.817.238	1.832.057
Direito de passagem	173.358	164.907
Outros	36.368	40.477
Receita operacional líquida	2.026.964	2.037.441

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso e consumo	(21.020)	(14.959)
Despesa com pessoal	(171.804)	(162.447)
Depreciação e amortização	(443.551)	(524.595)
Despesas com serviços de terceiros	(98.255)	(101.123)
Despesas com transporte e elevação	(879.815)	(857.566)
Arrendamentos de curto prazo e pequeno valor	(3.422)	(3.661)
Despesas com partilhas de fretes	(178.848)	(170.795)
Outras despesas	(66.852)	(47.874)
	(1.863.567)	(1.883.020)
Custo dos serviços prestados	(1.794.347)	(1.827.959)
Despesas comerciais	(503)	(214)
Despesas gerais e administrativas	(68.717)	(54.847)
	(1.863.567)	(1.883.020)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Efeito líquido das demandas judiciais	(12.631)	(16.171)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	20.801	16.782
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(65)	(272)
Créditos fiscais extemporâneos	23.728	7.414
Liquidação de disputas no processo de renovação ⁽ⁱ⁾	278.496	-
Outros	15.756	(969)
	326.085	6.784

- (i) R\$ 348.319 de efeito positivo relativo à reversão de passivos de arrendamento em litígio registrado em maio (Nota 5.16.a); e R\$ 69.823 de efeito negativo registrado em janeiro decorrente de disputas administrativas e judiciais envolvendo o Poder Concedente e a Malha Paulista, cuja discussão a Companhia abriu mão como pré-requisito para a conclusão do processo de renovação antecipada da concessão, um dos requisitos impostos pelo TCU – Tribunal de Contas da União.

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(49.137)	(14.807)
Variação cambial líquida sobre dívidas	(24.181)	(3.545)
Resultado com derivativos e valor justo	26.350	(1.589)
Amortização do gasto de captação	(2.284)	(1.982)
Fianças e garantias sobre dívidas	(11.448)	(4.460)
	(60.700)	(26.383)
Rendimentos de aplicações financeiras	20.184	7.252
	20.184	7.252
Custo da dívida, líquida	(40.516)	(19.131)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	5.791	4.440
Arrendamento e concessão em litígio	(96.193)	(103.451)
Passivos de arrendamento	(163.275)	(52.264)
Despesas bancárias e outros	(26.759)	(25.508)
Reversão de encargos de passivo de arrendamento em litígio ⁽ⁱ⁾	131.243	-
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(33.737)	(26.589)
Variação cambial	(11.428)	469
Juros sobre outras obrigações	2.375	267
	(191.983)	(202.636)
Resultado financeiro, líquido	(232.499)	(221.767)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(250.192)	(229.178)
Receitas financeiras	26.952	12.077
Variação cambial	(35.609)	(3.056)
Derivativos	26.350	(1.610)
Resultado financeiro, líquido	(232.499)	(221.767)

(i) Efeito positivo relativo à parcela de encargos incluída na reversão de passivos de arrendamento em litígio registrada em maio (Nota 5.16.a).

6.5 Resultado por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria (Nota 5.17).

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	176.320	(34.726)
Por ação ordinária	58.115	(12.188)
Por ação preferencial	118.207	(22.538)
Denominador (em milhares de ações) ⁽ⁱ⁾		
Média ponderada de número de ações ordinárias	457.870.524	133.006.404
Média ponderada de número de ações preferencial	846.657.217	245.944.706
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	0,00013	(0,00009)
Por ação preferencial	0,00014	(0,00009)

- (i) A média ponderada das ações considera o efeito dos AFACs (Nota 5.17) conversíveis em ações a partir da data de celebração dos contratos, conforme CPC 41.23.